



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

CAMILA SILVA RAMOS

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, SERGIPE**

São Cristóvão – SE

Abril/2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, SERGIPE**

CAMILA SILVA RAMOS

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa em Ensino de Ciências e Biologia II, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Sindiany Suelen Caduda dos Santos

São Cristóvão – SE

Abril/2017

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus pais Solange Ramos e José Ricardo Ramos, que sempre me incentivaram e investiram em minha formação, pela presença e apoio em todas as etapas da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Escrever a monografia para a conclusão da graduação é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Nas tentativas pela busca de respostas são geradas aflições e dúvidas como nova pesquisadora. Para aqueles que compartilharam comigo na construção deste trabalho, parece uma tarefa interminável, mas graças as essas pessoas se torna realizável, direta ou indiretamente, e é a essas que gostaria de agradecer.

Agradeço a Deus, nele obtive o equilíbrio e a força necessária para continuar.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a minha mãe Solange Santos Silva Ramos, heroína pelo apoio, paciência, conselhos e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai José Ricardo dos Santos Ramos, herói da paciência, que apesar de todas as dificuldades estava presente me apoiando e incentivando nas horas difíceis junto à minha mãe.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sindiany Suelen Caduda dos Santos. Pela oportunidade, ensinamentos, compreensão, companheirismo e por acreditar em mim.

Às amigas da graduação Lucielle Tavares, Lhiliany Miranda, por estarem ao meu lado, me ajudando muito, por ouvirem minhas angústias e alegrias, me apoiarem com conselhos e mensagens motivadoras. Obrigada.

Às minhas amigas Flávia Raquel e Iris Lethiere que apesar de não saberem realmente do que o trabalho se tratava, me faziam companhia nos momentos de cansaço e me motivavam a sua conclusão.

Aos amigos e colegas que de alguma forma contribuíram com ajuda e apoio, Aline Silva, Cleriston Silva, Mary Nadja, Lindinalva Nascimento, Alexandre Aguiar, Jessica Lilian, Victor Santos, Gardênia Carla, Júnior Oliveira.

E, por fim, a todos aqueles que por um lapso não mencionei, mas que colaboraram para esta pesquisa: Obrigada.

OBRIGADA A TODOS!

RESUMO

A presente pesquisa tenciona abordar a importância da educação ambiental no espaço formal perante as crises ambientais do período contemporâneo. Para tanto, o objetivo do estudo é identificar as concepções e práticas de educação ambiental existentes na Escola Municipal Maria Isabel situada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul, no município de Estância, Sergipe. O estudo é de caráter quali-quantitativo. A pesquisa bibliográfica apresenta o surgimento da educação ambiental, as suas implicações para conservação e a abordagem do tema na contextualização entre o ambiente formal e o meio circundante, a exemplo de escolas situadas em Unidades de Conservação. A coleta de dados foi realizada com base na observação assistemática e não participante, além disso, foram aplicados questionários semi-abertos com os gestores e professores, iniciados em setembro e finalizados em dezembro de 2016. Foram elaboradas categorias de análise para a investigação de práticas dentro da escola, bem como a possível relação existente entre a escola e a APA. Na análise de dados, identificaram-se três concepções de meio ambiente: naturalista (42%), antropocêntrica (8%), globalizante (42%), e duas tendências de educação ambiental, preservacionista e crítica. O resultado da pesquisa revela que as práticas ocorrem de modo pontual, principalmente em datas comemorativas e são raramente contextualizadas com a APA, visto que, 62% dos professores afirmaram desconhecer que a escola está inserida em uma Área de Proteção Ambiental. Além disso, grande parte dos gestores e professores responsabilizam as disciplinas de ciências e geografia no desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Nesse contexto, verifica-se a multidisciplinaridade dessa temática e observa-se a necessidade da formação continuada tanto dos gestores como de professores no que se refere à educação ambiental.

Palavras chave: Concepções e Práticas. Unidade de Conservação. Multidisciplinaridade.

ABSTRACT

The present research intends to address the importance of environmental education in the formal space in the face of the environmental crises of the contemporary period. Therefore, the objective of the study is to identify the conceptions and practices of environmental education existing in the Maria Isabel Municipal School located in the Environmental Protection Area (APA) of the South Coast, in the municipality of Estância, Sergipe. The study is qualitative and quantitative. The bibliographic research presents the emergence of environmental education, its implications for conservation and the approach of the theme in the contextualisation between the formal environment and the surrounding environment, such as schools located in Conservation Units. Data were collected based on non-participant observation, and semi-open questionnaires were administered to managers and teachers, which began in September and were completed in December 2016. Analysis categories were developed for the investigation of practices Within the school, as well as the possible relationship between the school and the APA. In the analysis of data, three environmental conceptions were identified: naturalistic (42%), anthropocentric (8%), globalizing (42%), and two tendencies of environmental education, preservationist and critical. The result of the research reveals that the practices occur in a timely manner, mainly in commemorative dates and are rarely contextualized with the APA, since, 62% of the teachers stated that they do not know that the school is part of an Environmental Protection Area. In addition, most managers and teachers make science and geography disciplines responsible for the development of environmental education activities. In this context, the multidisciplinary of this subject is verified and it is observed the need for the continuous training of both managers and teachers regarding environmental education.

Keywords: Conceptions and Practices. Conservation Unit. Multidisciplinarity.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 História do surgimento da Educação Ambiental	12
2.2 Concepções de Meio Ambiente e Educação Ambiental.....	16
2.3 Educação Ambiental Formal.....	19
2.4 Práticas educativas em escolas situadas em Unidades de Conservação (UC).....	22
3. OBJETIVOS	24
3.1 Geral	24
3.2 Específicos	24
4. METODOLOGIA	24
4.1 Caracterização da pesquisa	24
4.2 Área de estudo.....	25
4.3 Caracterização do objeto de estudo	26
4.4 Coleta e análise dos dados	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
6. CONSIDERAÇÕES	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO COLABORADOR (A) NA PESQUISA.....	43
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OBTENÇÃO E UTILIZAÇÃO DE IMAGENS	44
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES	45
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Sergipe com destaque a APA sul de Sergipe.	26
Figura 2. Vista da entrada da Escola Municipal Maria Isabel.	27
Figura 3. Praça da Escola Maria Isabel.....	27
Figura 4. Mudas de mangue na Escola Maria Isabel.....	31
Figura 5. Registro de lixo e marcas de queimadas dentro da escola.	34
Figura 6. Cartazes expostos na sala de reposição de aulas.	35
Figura 7. Cartaz exposto na sala de reposição de aulas.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil de gestores e professores.	29
---	----

LISTA DE SIGLAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CNUMA	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano
EA	Educação Ambiental
EMSURB	Empresa Municipal de Serviços Humanos
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional para Educação Ambiental
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEED	Secretaria Estadual de Educação Desporto e Lazer
SEMA	Secretaria Espacial do Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação

1. INTRODUÇÃO

A crise entre a sociedade e o ambiente surge a partir do modelo capitalista de produção e consumo que desencadearam problemas ambientais em âmbito mundial (CARVALHO, 2006). Esse cenário gerou discussões sobre o consumismo, poluição e o modo da qualidade de vida. No Brasil, a necessidade de conservar os ecossistemas retrata o período da colonização, tendente a exploração dos recursos naturais e a ideia de que eram inesgotáveis.

Em vista disso, a educação ambiental (EA) aparece como uma mediadora entre a área educacional e ambiental, propondo transformação social através de um diálogo reflexivo, na sensibilização, conservação do meio ambiente (CARVALHO, 2006). O estudo apresenta uma análise das múltiplas concepções de meio ambiente e de educação ambiental, investiga a existência de práticas de educação ambiental na escola, como estas ocorrem e qual relação entre a instituição e a Área de Proteção Ambiental em que está inserida.

Com base nas concepções, na perspectiva de Freire (1996), o educador constrói práticas de ensino, em acordo com a realidade local, que contribui para o conhecimento do educando. As práticas pedagógicas são importantes na percepção, avaliação e reflexão dos sujeitos sobre a sociedade a que pertence, e principalmente, sobre suas ações de transformar o ambiente em que convive. Nesse sentido, é de grande relevância a avaliação das concepções dos professores e gestores no papel e na forma de condução da temática ambiental para o aluno.

Por essa razão, a instituição escolar Maria Isabel foi escolhida principalmente por estar na comunidade da região de praias do litoral sul, em meio à importância do estudo que busca analisar a existência de atividades de EA, já que está situada dentro de uma Unidade de Conservação, a APA do litoral sul do estado de Sergipe, localizada no povoado Porto do Mato, em Estância.

A Escola por ser um espaço de articulação entre a própria instituição e o meio que a circunda, também é um importante instrumento para trabalhar-se a EA em parceria com unidades de conservação, quando as escolas situam-se dentro delas ou no entorno. A unidade de conservação (UC) remete a área natural delimitada e legalmente instituída pelo Poder Público que visa à proteção e à conservação da biodiversidade de ecossistemas relevantes. Dentre os objetivos da UC aparece à promoção de ações de Educação Ambiental (EA) voltadas aos visitantes e aos moradores que residem no

interior ou entorno das UCs. Estas ações podem ser desenvolvidas na atuação de práticas de educação que envolve a APA voltadas para a sensibilização bem como na reflexão de atitudes frente às questões ambientais, sociais, culturais, políticos e históricos (BRASIL, 2016).

A monografia trata um referencial teórico que aborda o histórico da educação ambiental no mundo, no Brasil e em Sergipe; as concepções de meio ambiente e educação ambiental; o espaço formal como principal responsável pela educação ambiental; e as práticas educativas em escolas situadas em unidades de conservação.

Quanto à metodologia, a pesquisa de abordagem quanti-qualitativa foi realizada com base na observação assistemática, de forma espontânea, e aplicação de questionários com os gestores e professores da escola. Na análise foram identificadas as concepções de meio ambiente, naturalista, antropocêntrica, globalizante, e duas tendências de educação ambiental, preservacionista e a crítica. Em relação às práticas de EA, foi observado que ocorrem de modo pontual, especialmente em datas comemorativas. Além disso, quando se fala em atividades de educação ambiental, são trabalhadas de forma multidisciplinar em que se relaciona raramente com a APA e a maioria dos professores responsabilizam as disciplinas de ciências e geografia na abordagem de assuntos sobre o meio ambiente. Ao final do trabalho são apresentadas sugestões a respeito dos trabalhos de educação ambiental na escola para gestores e professores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História do surgimento da Educação Ambiental

O conhecimento da humanidade sobre a conservação do meio partiu de problemas ambientais de ordem social e política que marcaram as décadas de 50 e 60 (RAMOS, 2001). Um exemplo destes problemas foi o momento pós-guerra, com as bombas nucleares, que segundo Boff (2003) trouxeram pavor na humanidade. Outro fator ocorreu em 1952, quando o ar intensamente poluído de Londres acarretou a morte de 1600 pessoas e provocou a sensibilização da população sobre a qualidade de vida (DIAS, 2003). Esses desastres desencadearam a noção de problemas ambientais em âmbito mundial e ajudaram a reduzir a visão de que os recursos naturais são inesgotáveis.

Nessa perspectiva, nas décadas de 60 e 70 aconteceram numerosos eventos relacionados ao meio ambiente. Em 1962, a bióloga e jornalista Rachel Carson,

publicou o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), alcançou o público dos países industrializados e produziu discussões sobre o consumismo, poluição e a qualidade de vida (CASCINO, 2003). Logo em seguida, em um evento de educação, em 1965, realizado pela Universidade de Keele no Reino Unido, surgiu o termo Educação Ambiental (LOUREIRO, 2006).

O marco inicial da Educação Ambiental (EA) foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMA), efetivado entre 5 a 15 de junho de 1972, em Estocolmo. Nesta conferência, foram feitas análises sobre os impactos, de caráter global, causados pelo modelo de desenvolvimento econômico. Desse modo, o objetivo desse evento foi à discussão de uma conceituação mais efetiva da EA (SANTOS, 2014). Em Estocolmo, foi elaborado de um documento, o qual apresenta os princípios que declaram a necessidade da inserção da educação ambiental para a sociedade como instrumento de incentivo e fortalecimento à proteção do meio ambiente (CARVALHO, 2012).

Por conseguinte, a Organização das Nações Unidas para Educação (UNESCO), Ciência e Cultura realizou em 1975 o Encontro Internacional em Educação Ambiental, em Belgrado. No encontro, ocorreu o lançamento do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA que expandiram as ideias iniciais da EA, e levaram em conta a melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, além da preocupação com a preservação do meio ambiente (DIAS, 2004). A “Carta de Belgrado” apresenta propostas do exercício da ética para erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, da dominação e exploração humana.

Em 1977, foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, União Soviética. Para Adams (2005), foi neste evento que a EA foi definida. Nesse momento, teve-se o enfoque em conteúdos e práticas interdisciplinares e foi destacado o caráter interventivo e político da EA (ADAMS, 2005).

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (MA) e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, ECO 92 ou Cúpula da Terra. No encontro, foi dada atenção a: (a) preservação da biodiversidade; (b) controle do aquecimento global; (c) proteção da camada de ozônio; (d) proteção das florestas; (e) promoção do desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2015). Nessa circunstância, os cinco temas em foco na Rio 92 expôs que neste final de século os problemas ambientais ultrapassavam os limites de apenas ações restritas e isoladas para

estabelecer uma preocupação de toda humanidade (ECO, 1992). Além disso, na conferência dos estados foram criados importantes documentos, dentre estes merece destaque a Agenda 21 que “traçou estratégias e metas globais para a criação de mecanismos de desenvolvimento sustentável e ao estabelecimento de políticas para sua efetivação” (CARVALHO, 2012).

A Rio 92 despertou uma nova fase de conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente que se prolongou por toda década de 90, algumas dessas são: a Conferência sobre Direitos Humanos em Viena (1993); a Conferência sobre População e Desenvolvimento, Cairo (1994); a Conferência sobre Mudanças Climáticas em Berlim (1995); a Conferência sobre a Mulher, Pequim (1995); e a Conferência sobre Assentamentos Urbanos, Istambul em 1996 (NASCIMENTO, 2015). Segundo Nascimento (2015), na EA estão agregados novos padrões de valores, interdependentes, como meios que orientam a população para a conservação ambiental em sua totalidade e questões ambientais globais de cunho interdisciplinar.

Na Política Nacional de Meio Ambiente (PNEA) visa à integração harmônica dos múltiplos aspectos da sustentabilidade na questão ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política para o desenvolvimento do país no domínio educativo (BRASIL, 2016).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) tendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como principal parceria, foi criado no mês de dezembro de 1994 pela Presidência da República. O PRONEA atentou-se em três fatores: capacitação de gestores e educadores; desenvolvimento de ações educativas; e desenvolvimento de instrumentos e metodologias (PRONEA, 2014).

No que se refere ao Brasil, de acordo com o PRONEA, a educação ambiental surgiu no país antes do estabelecimento de instituições criadas pelo governo federal, iniciada nos anos 70. A educação ambiental manifestou-se no campo educativo por meio de atitudes isoladas adotadas por professores, estudantes e escolas ou mesmo atribuição de prefeituras municipais e governos estaduais que desenvolviam ações educacionais relacionadas à recuperação, conservação e melhoria do ambiente.

As influências dos movimentos externos contribuíram para formação de políticas públicas e eventos não governamentais, e, portanto, o Governo Federal em 1973 criou a Secretaria Espacial do Meio Ambiente (Sema). Esta foi a primeira entidade brasileira de ação nacional, no âmbito de Ministério do Interior (BARBO, 2009).

Mais tarde, em 1981 o Governo Federal estabeleceu a Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considerada a mais importante lei ambiental do Brasil (CARVALHO, 2012). O artigo 1º, inciso VII, afirma que é necessário “orientar a educação em todos os níveis para a participação efetiva do cidadão e da comunidade na defesa do meio ambiente, cuidando para que os currículos escolares das diversas matérias obrigatórias contemplem o estudo da ecologia” (BRASIL, 1981). A lei determinou a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis escolares, incluindo a educação da comunidade para a participação operante na defesa do MA (PRONEA, 2014).

Após a realização da Conferência Rio 92, no mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama com objetivo de operacionalizar atividades educativas na gestão ambiental, e mais tarde, no mesmo ano, foi criado o MMA com a função de promover princípios e estratégias para ciência, proteção e a recuperação do MA, o uso sustentável dos recursos naturais e a inserção do desenvolvimento de políticas públicas em todas as classes e instâncias do governo e sociedade (BRASIL, 1998).

Outro documento relevante no que se refere ao desenvolvimento da Educação Ambiental no país, diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Após dois anos de debates foram aprovados no ano de 1997, e trouxeram conteúdos, fundamentação teórica, objetivos e sugestões incorporadas em cada área do conhecimento com intuito de auxiliar o trabalho docente (SANTOS, 2014). O PCN funciona como instrumento para os professores na implementação da EA nas escolas, no entanto, o conteúdo referente ao MA aparece como tema transversal (BRASIL, 1998).

No ano de 1999, o PRONEA criou uma legislação específica para a EA e levantou temas como a interdisciplinaridade, sustentabilidade e a capacitação. Nesse contexto, foi determinado que a EA deveria ser trabalhada em sua totalidade e não como uma disciplina específica. Além disso, a sustentabilidade destaca o enfoque na sua globalidade entre os princípios básicos da EA e a concepção do MA (SANTOS, 2014).

Na década de 90, em geral, houve o severo discurso sobre sustentabilidade ambiental em seus paradigmas e concepções curriculares, principalmente após os PCN. Não obstante, só no ano 2000 que os PCN tornaram-se incorporados e normalizados nas escolas. Outra questão que se integra ao ambiente pedagógico é relacionada aos problemas ambientais acarretados pelo planeta, apesar disso, ainda são encontrados

dificuldades destes assuntos no ingresso escolar, na perspectiva crítica. À vista disso, a EA propõe um entendimento crítico como forma de transformar, conscientizar e exercer cidadania (SANTOS, 2015).

No que se refere ao Estado de Sergipe, em 1989, foi criado um setor de educação ambiental na Superintendência do IBAMA no estado de Sergipe. No entanto, só no ano de 1991 foi assinado um protocolo de interações entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Empresa Municipal de Serviços Humanos (EMSURB) e Secretaria Estadual de Educação Desporto e Lazer (SEED) que visam à realização de ações agregadas de EA. No ano de 1992, formou-se a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental composta por nove instituições perante a coordenação do IBAMA. Com isso, deu início ao trabalho na formação de agentes multiplicadores em Sergipe. No mesmo ano foi realizado o 1º Curso de Formação Ambiental para docentes da rede pública de ensino (SANTOS, 2014).

O I Encontro de Professores sensibilizados em Educação Ambiental do Estado de Sergipe foi realizado também no ano de 1992. No evento foi planejado a formação da Rede de Educação Ambiental de Sergipe, com propósito de implementar ações formais e não formais de EA (SANTOS, 2014). Para Vieira (*et al.* 2005), educação formal ocorre na estrutura física da escola, a não formal acontece nos espaços fora dos limites geográficos da escola e com intenção de ensinar e desenvolver aprendizagens.

Nos anos de 2008 e 2009 ocorreu um amplo debate relacionado à Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 6.882/2010). Nos debates foram estabelecidas diretrizes, conteúdos linhas de ação e outros elementos essenciais à execução da Política dados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. A lei foi aprovada em abril de 2010, e define-se como um importante marco para a EA em Sergipe. Ela abre possibilidades para a formação e articulação de programas que possam proporcionar práticas de EA em níveis formais e não formais (SANTOS, 2014).

2.2 Concepções de Meio Ambiente e Educação Ambiental

O termo meio ambiente apresenta uma diversidade conceitual e possibilita interpretações divergentes, por intermédio da constante utilização dos meios de comunicação, livros didáticos, música e outros aspectos (REIGOTA, 1998). Segundo Christofletti (1999, p. 36), “[...] a palavra é a mesma, mas diferentes são os significados e a expressividade do fenômeno mencionado”. A partir da concepção de

ambiente, o educador estabelece práticas de educação ambiental. De acordo com Oliveira *et al* (2007), o contexto educacional apresenta uma deficiência quando se trabalha EA, e em sua maior frequência constitui por não haver clareza dos conceitos de MA e EA.

Quando a palavra meio ambiente é mencionada, intuitivamente vem em mente um ambiente físico, com espécies animais e vegetais em seu habitat natural. Essa ideia é considerada romântica, pois exclui o homem e suas ações com o meio (SANTOS, 2014).

Porém, o que é meio ambiente? Para entender, é necessário verificar o significado da palavra ambiente, originária do latim. O prefixo *ambi* expõe a ideia de “ao redor de algo” (BARBO, 2009). No entanto, o conceito é complexo e está em constante construção, pois, abrange todos os aspectos naturais, as ações do homem sobre a natureza, a sustentabilidade e diversidade dos vários sistemas biológicos, culturais, físicos, econômicos, religiosos, sociais e filosóficos (REIGOTA, 2009). Mas este autor esclareceu que na averiguação por uma definição de MA não há um senso comum entre a comunidade científica, e esta não se representa como um conceito científico e, sim, uma representação social.

A teoria da representação social discursa um conceito que trabalha com o pensamento social em seu desempenho e em sua diversidade. As experiências vividas, a admissão das diversas racionalidades, as características multifacetadas da sociedade e grupos sociais têm visões diferentes de um mesmo objeto (ARRUDA, 2002). Ou seja, não há um conhecimento concreto sobre o tema em questão. Reigota (1991) argumentou que é fundamental compreender as representações sociais de meio ambiente das pessoas envolvidas no sistema pedagógico para identificação das possíveis atuações referentes às atividades de educação ambiental.

Assim, entre as diversas concepções estabelecidas de meio ambiente, Reigota (1991) analisou as seguintes perspectivas: naturalista, antropocêntrica e globalizante. A primeira evidencia apenas os aspectos da natureza. A ideia antropocêntrica particulariza a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do homem. Na globalizante, há reciprocidade dos recursos naturais e sociedade.

Sauvé (2005), após sua pesquisa, utilizou entrevistas com os docentes, gestores e pais dos discentes, e foram identificados cinco concepções de meio ambiente: naturalista (para apreciar, respeitar, preservar), recursista (recurso para gerir, repartir), conservacionista (como problema para prevenir, resolver), sistêmica (compreender,

decidir melhor), humanista (lugar em que se vive, para conhecer, aprimorar), bioregionalista (onde viver junto e a longo prazo). Contudo, outras interpretações podem ser identificadas e caracterizadas. A associação com o MA é determinada através do contexto social e cultural.

Com base nas diversas concepções ditas anteriormente, os professores traçam um panorama de possíveis ações e/ou práticas de educação ambiental. Assim, o estudo da EA deve considerar tanto o conhecimento científico quanto as representações sociais. Ressalta-se que a questão ambiental deve ser trabalhada além do estudo do meio.

A Política Nacional de Educação Ambiental exposto na Lei nº 9795/1999 no seu Artigo 1º, diz:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nesse contexto, a EA está voltada principalmente para a sensibilização, conservação e preservação do meio ambiente, sendo uma grande mediadora entre a área educacional e ambiental, e propõe um diálogo reflexivo que tem como propósito a construção e a transformação social (CARVALHO, 2006). Diante do relato, pode-se dizer que a EA não deve consistir unicamente na transmissão de informações dadas sobre o MA e dos problemas ambientais, mas, sim, em processos de reflexão.

O Artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental complementa:

A educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena prática social e de ética ambiental.

Na perspectiva de Freire (1996), o educador constroi práticas de ensino, em acordo com a realidade local, que contribui para a sensibilização do educando. O autor evidencia a importância das práticas pedagógicas quanto na percepção, avaliação e reflexão dos sujeitos sobre a sociedade a que pertence, e principalmente, sobre suas ações de transformar o ambiente que convive. A sensibilização e reflexão dos alunos permitem desencadear a construção de conhecimentos que os preparem para a tomada de decisões e a busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros (FELIZOLA, 2007).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é um instrumento de auxílio no exercício docente, os quais propõem que a EA seja discutida no currículo como tema transversal em todos os níveis de ensino, independentes da área de ensino, ou seja, de modo interdisciplinar (BRASIL, 1998). Segundo Santos (2014), os temas relacionados à EA, tomam papel de destaque, pois busca uma educação integral que exceda a fragmentação do conhecimento.

No âmbito teórico da EA, alguns autores apontam tendências que foram evidenciadas em suas pesquisas. Para Robbottom e Hart (2000) existem três aspectos: a tradicional, construtivista e a crítica. Na primeira, o docente está muito mais aplicado em apresentar informações ecológicas de forma estruturada e objetiva. Na segunda abordagem, também chamada de interpretativa, o professor é intuitivo e os conhecimentos são resultantes das experiências. E, por fim, na teoria crítica o educador focaliza as questões ambientais a partir de argumentações e discussões de forma auxiliadora.

Os aspectos dados por Iared e Oliveira (2011), fundamentados nos trabalhos de Leme (2006) e Silva (2007), apresentam-se em três tipos. A ideia romântica segue uma postura de que a natureza deve ser preservada, permanecendo intocada pelos seres humanos marcados como destruidores. Nesse sentido, há uma súplica sagrada e mística da natureza, sem espaço para discussões dos aspectos sociais e políticos. A concepção pragmática refere-se ao tema de desenvolvimento sustentável, pois busca solução de problemas corrente a ideia de que a natureza pode e deve ser dominada para benefício econômico e social da humanidade. E, a perspectiva complexa que conceitua a EA na relação sociedade e MA.

Assim, entender de forma mais geral, do que se refere à EA, é importante para o entendimento tanto das inter-relações entre o ser humano e o ambiente como juntamente suas expectativas, satisfações e insatisfações, avaliação e conduta (BEZERRA e GONÇALVES, 2007).

2.3 Educação Ambiental Formal

A educação ambiental no espaço escolar compõe-se por processos pedagógicos trabalhados no decorrer de conteúdos organizados formalmente pelo sistema educacional, da academia infantil ao ensino médio, com intuito da formação intelectual e ambiental dos indivíduos (FELIZOLA, 2007). A educação formal é aquela que ocorre

nas escolas ou por meio das escolas e seu principal responsável são os professores e gestores.

A escola constitui um espaço indispensável e extremamente rico para o desenvolvimento da educação ambiental e na sensibilização da comunidade escolar a respeito dos problemas ambientais (BARBO, 2009). No processo pedagógico, a EA integra uma vasta diversidade de metodologias, enfoques e abordagens que englobam a cultura, qualidade de vida, ética, cidadania, sociedade, natureza, recursos naturais, entre outros (SANTOS, 2014). Para o desenvolvimento dos temas que compõem a EA devem ser levados em consideração as peculiaridades dos alunos e o contexto social que estão inseridos.

Na lei nº 9.795 da Política Nacional de Educação Ambiental, o artigo 4º destaca o modo como a EA deve ser trabalhada e cabível em todas as situações formais (Brasil, 1999, art. 4, inciso I-VIII):

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Neste contexto, a legislação evidencia e aprofunda os princípios da educação ambiental e ratifica que, o espaço formal deve atuar no desenvolvimento da educação integrada e da formação de consciência crítica da questão ambiental (SANTOS, 2014).

Após vários momentos históricos da EA, o tema passou a ser contemplado nas escolas brasileiras, a partir de 1979 com a publicação do MEC “Ecologia – uma Proposta para Ensino de 1º e 2º graus” (ALMEIDA E BERNARDES, 2006). Posteriormente, no ano de 1997 surgiu o PCN que trouxe a implantação da EA em todos os níveis educacionais abordando-a como tema transversal e interdisciplinar (BRASIL, 1998). Com isso, emerge diversas opiniões a respeito da abordagem de EA.

Segundo Cuba (2010), a educação ambiental deve ser científica e diz:

[...] Educação Ambiental no âmbito escolar deve ser tratada como científica, ou seja, deve ser uma disciplina que atue separadamente de outras, pois hoje é tida como tema transversal e que muitas vezes se torna esquecido, devido ao fato de os educandos ficarem presos aos conteúdos que lhes são estabelecidos e que na maioria das vezes são tão extensos que o mesmo não consegue concluí-los até o fim do ano letivo, e muitos professores não se sentem na obrigação da aplicação de um tema transversal, embora este seja de extrema importância.

O sistema educacional apresenta intensos vícios das tendências pedagógicas tradicionais, e não tem assimilado ou aceitado a EA, o que dificulta o fortalecimento desta prática multifacetada e interdisciplinar (PCNs, 1997). Para Meyer (1991) o ensino brasileiro permanece a ênfase na memorização, além disso, a pesquisa e investigação do cotidiano não ocupam lugar dentro da escola. A educação escolar não deve se limitar a transmissão e fixação de conceitos, não obstante, deve procurar orientar os estudantes para o trabalho ativo e pessoal (DALLABRIDA, 2009).

Outros pesquisadores defendem a colocação da interdisciplinaridade da EA nas escolas, como Sorrentino (2005) e Meyer (1991), por não estar presa a uma grade curricular e os conhecimentos podem ser ampliados em suas dimensões. Entretanto, por não se tratar de uma disciplina, permite inovações metodológicas e possibilita o conhecimento integrado. Para isso, segundo Guimarães (2000), o tema meio ambiente como transversal leva a reflexão sobre os desafios das Universidades na formação inicial e continuada de educadores para incorporação da dimensão ambiental. O autor Campiani (2001), sugeriu a capacitação dos atores sociais envolvidos na educação formal, no caso do docente, devem ser introduzidos novos conceitos e metodologias da realidade sócio-ambiental, para que sejam atuantes críticos. A formação dos futuros e presentes professores é importante para potencializar a EA a partir de uma ética ecológica propiciando atividades sensibilizadoras do ambiente que se vive.

Na educação escolar, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por intermédio do MEC, tem o desafio de auxiliar os professores a tornarem-se educadores ambientais para exercer nos processos de construção de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional, oferecendo suporte para os valores voltados à sustentabilidade em suas variadas dimensões (SORRENTINO, 2005).

De acordo com Freire (1996) o professor precisa promover atividades que despertem a curiosidade e interesse do aluno para que haja a compreensão dos assuntos abordados. Além do que, é preciso inserir a comunidade na escola para exteriorizar a importância da EA apoiadas na dialogicidade e reciprocidade.

2.4 Práticas educativas em escolas situadas em Unidades de Conservação (UC)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), as unidades de conservação (UC) são espaços territoriais que engloba os recursos naturais com características naturais relevantes. As UCs tem função em assegurar espaços significativos e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional, no intuito de conservar o patrimônio biológico. Além disso, promove o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis para as comunidades do entorno. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado pela lei 9.985, de 18 de julho de 2000, e determina critérios e normas para geração, implantação e gestão das unidades de conservação.

No momento atual, as UC são divididas em dois grupos: as Unidades de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção Integral. Esta última o principal objetivo é a proteção da natureza e, portanto, normas e regras são mais limitadas. Nesta categoria, é concedido apenas o uso direto dos recursos naturais, são: estações ecológicas, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio da vida silvestre.

Nas Unidades de Uso Sustentável são áreas que têm em vista conciliar a conservação da natureza com o uso humano, de forma sustentável dos recursos naturais. Essa modalidade apresenta menos restrições e são elas: área relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativa, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Outra função das UCs é oportunizar e promover a EA de modo que exponha a importância do ambiente e a recreação em proximidade com a natureza. A prática educativa não se restringe apenas à escola ou à família, ocorre em todos os contextos, uma das suas modalidades são as práticas realizadas em instituições não convencionais de educação como as UCs que são denominados de espaços não formais (LIBÂNEO, 2007). Mais outra modalidade geradas pelas práticas educacionais é a que ocorre no espaço formal, ou seja, na escola, onde se transmitem e partilham conhecimentos em um ordenamento de conteúdos separados em áreas uniformes e distintas (GASPAR, 2002).

A união dos conhecimentos trabalhados na escola e a contribuição das unidades de conservação nos estudos sobre a inserção das temáticas ambientais são importantes na discussão e avaliação das realidades escolares para que promovam transformações, de modo que desperte a realização das reais propostas da educação ambiental,

principalmente nas escolas situadas em áreas protegidas. Uma vez que a escola constitui um espaço de transformação social a partir da contextualização dos conteúdos e da realidade vivida pelos educandos, considerar os espaços onde a instituição está inserida é algo relevante para o ensino como um todo. Por essa razão, é preciso destacar as escolas que são inseridas em UCs ou no seu entorno, como importantes instrumentos da concretização da práxis pedagógica no que diz respeito à relação indivíduo/sociedade/natureza. A seguir são expostos alguns trabalhos sobre escolas inseridas em Unidades de Conservação:

Farias e Andrade (2010) no artigo “Educação Ambiental: o Manguezal no Ensino Fundamental” realizaram uma prática com o objetivo de promover reflexões sobre o manguezal. A atividade foi realizada em duas escolas uma pública e outra particular, em seguida realizou-se uma análise quali-quantitativa sobre a visão dos estudantes sobre a temática. Na análise, os estudantes do ensino fundamental da 5ª, 6ª e 7ª séries, em sua maioria conceituou a rica biodiversidade do manguezal, porém somente a 8ª série relatou o mangue como um local poluído e apresentaram-se indignados quanto à atitude de pessoas que poluem o mangue.

O artigo “Experiências ambientais de uma prática pedagógica interdisciplinar na Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, ES” sobre um relato de experiência na instituição pública de ensino “EMEF. Eloy Miranda” com os alunos do 7º ano, problematizou as principais fragilidades e potencialidades da Área de Preservação Permanente (APP). A prática possibilitou discussão e reflexões dos desastres ambientais, além disso, propiciou a interação com a sabedoria popular (DEMONER; FERREIRA; GONZALEZ, 2013).

No trabalho de dissertação de mestrado de Santos (2014) com título “Educação Ambiental na Escola Profª. Neilde Pimentel Santos Itabaiana/SE” teve o objetivo de verificar as práticas pedagógicas do Ensino Fundamental através da aplicação de questionário com os professores das diferentes áreas do conhecimento e coordenadores.

Outro trabalho de dissertação de Santos (2015) com título “Escola e meio ambiente: a educação das crianças residentes no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana”, verificou e abordou como a EA é abordada em duas escolas no entorno do Parque, localizado em Sergipe. Foram realizadas entrevistas com os professores, gestores e membros da comunidade, com objetivo de identificar as concepções de ambiente dos sujeitos, descrição da educação ambiental, e sobre as relações que se processam entre escola e comunidade.

As pesquisas que abordam escolas do entorno ou inseridas em uma UC apresentam, em sua maioria, que a EA é raramente introduzida no âmbito das disciplinas. As práticas de EA são realizadas de forma pontual, basicamente em datas comemorativas ou por meio de aulas de campo. Além disso, os temas ambientais ocorrem principalmente nas disciplinas de Ciências e Geografia de modo multidisciplinar.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Investigar as concepções e práticas de Educação Ambiental existentes em uma escola situada na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, no município de Estância, Sergipe.

3.2 Específicos

- Conhecer as concepções da equipe de professores e gestores do ensino fundamental maior sobre meio ambiente e educação ambiental;
- Identificar se existem práticas de educação ambiental na escola e como elas ocorrem;
- Identificar se existem atividades de educação ambiental que estejam integradas a proposta da escola com a APA do litoral sul.

4. METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa tem abordagem quanti-qualitativa. Segundo Menga (1986) o estudo qualitativo acentua a realidade de forma complexa e contextualizada, dessa forma é constituído de elementos descritivos. E, sendo assim, de acordo com Chizzotti (1991), as pesquisas qualitativas não desconsideram a coleta de dados quantitativos, principalmente quando estes dados podem mostrar uma relação mais extensa dos fenômenos.

Esse estudo configura-se em uma pesquisa exploratória e busca maiores informações sobre a educação ambiental no espaço formal de uma escola ribeirinha inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul, situada no litoral sergipano. Para tal, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e

posteriormente efetuadas técnicas para a coleta de dados: observação assistemática e aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas.

4.2 Área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida no município de Estância, localizado na região sul do Estado de Sergipe. Limita-se ao norte e nordeste com o município de Itaporanga D'Ajuda; ao nordeste com o município de Salgado; ao sul com o Estado da Bahia, na restinga de Mangue Seco; leste e sudeste com o oceano Atlântico; ao sudeste com os municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi, separado pelo Rio Piauí; e ao oeste com o município de Arauá (ESTÂNCIA, 2016). O município possui uma população de aproximadamente 68.846 habitantes (IBGE, 2010). O território tem 664,487 km², ocupando cerca de 2,8% do território de Sergipe.

A APA do litoral sul de Sergipe (Figura 1) foi criada através do decreto estadual nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, uma área extensa com certo grau de ocupação humana e dotada de atributos estéticos e culturais significativos para a boa qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Estende-se desde a foz do rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura viável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi. Nesta APA são inseridas as praias Caueira, Abais e Saco, com regiões de restingas arbustivo-arbóreas, dunas, manguezais, lagoas perenes e enclaves de Mata Atlântica. Além disso, abriga biodiversidade de ambientes costeiros e de floresta estacional, com ocorrência de espécies de aves migratórias, incluindo a presença de espécies ameaçadas, como por exemplo, *Pyriglena atra* (rendeira-dos-olhos-de-fogo) e do *Callicebus coimbrai* (macaco-guidó) (SEMARH, 2016).

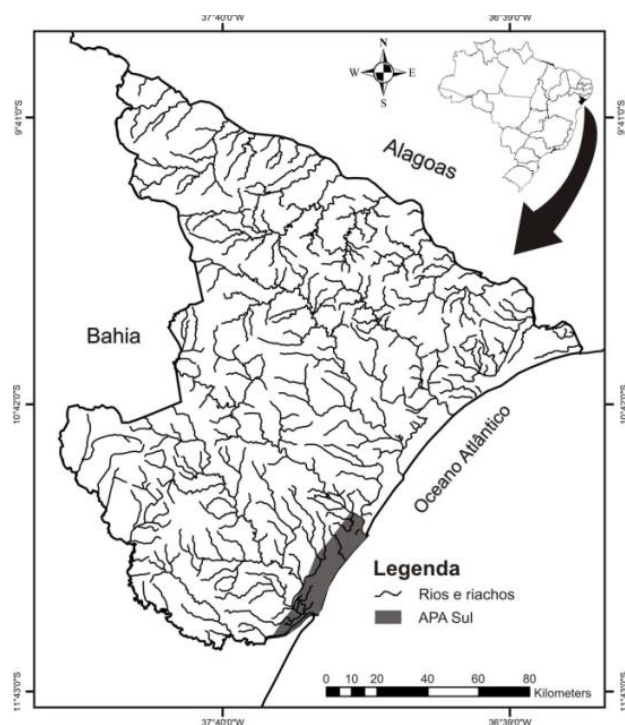


Figura 1. Mapa de Sergipe com destaque a APA sul de Sergipe
Fonte: BRITO *et al*, 2011.

4.3 Caracterização do objeto de estudo

A rede pública educacional de Estância é composta por 35 escolas. O trabalho foi realizado na Escola Municipal Maria Isabel no anexo localizado no povoado Porto do Mato, conhecido popularmente como “Escola do Padre”, espaço Centro Social Pastoral “Esperança de Deus” que tem sua sede cedida para a prefeitura (Figura 2 e 3). A escola Maria Isabel discorre da única rede municipal da região o ensino fundamental maior (6° ao 9° ano), possui 352 alunos matriculados, 15 professores e cinco gestores.



Figura 2. Vista da entrada da Escola Municipal Maria Isabel.



Figura 3. Praça da escola Maria Isabel

4.4 Coleta e análise dos dados

Segundo Marconi e Lakatos (2009), a observação é uma técnica que auxilia na obtenção de informações de determinados aspectos existentes no cotidiano. Essa técnica registra fatos da realidade, geralmente de forma espontânea. Foram efetuadas observações assistemáticas e não participante.

Quanto ao questionário, esse instrumento caracteriza-se como uma técnica estruturada para responder propósitos preestabelecidos. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), foi necessária à aplicação de um pré-teste para evidenciar as possíveis falhas relacionadas às inconsistências e/ou complexidade das questões e para validação do questionário aplicado. O pré-teste foi aplicado com três professoras de uma escola particular do município de Estância referente às disciplinas de história, matemática e português, após o pré-teste foram reformuladas e adicionadas algumas questões. Para a pesquisa foram formulados dois questionários, um direcionado aos professores de várias áreas do conhecimento, pertencente ao quadro docente, e outro à gestão da escola.

As coletas de dados, desde a observação, apresentação do termo de consentimento para imagens, aplicação e a coleta de questionários iniciou-se no dia 13 de setembro e teve seu término em 14 de dezembro de 2016. Participaram da pesquisa oito professores e quatro gestores.

O questionário formulado para os professores segue um roteiro, em que as questões foram agrupadas e analisadas conforme os objetivos específicos que garante a incorporação de ideias e pensamentos dos entrevistados (Apêndice D). Em parte, são encontradas perguntas fechadas e de múltipla escolha. Outras questões têm características subjetivas e dissertativas. As questões referem-se à: investigação dos dados pessoais; a relação entre professor, disciplina e escola; a relação entre a Educação ambiental e sua inserção nas disciplinas do ensino básico; a interação da educação ambiental com práticas pedagógicas da escola; e ao envolvimento pedagógico entre a escola e a Área de Proteção Ambiental do litoral sul, onde o colégio está inserido.

No que se refere ao questionário elaborado para os gestores (Apêndice C), as indagações foram feitas como base na investigação: das informações gerais da Escola; da Educação Ambiental como prática pedagógica, norteadas por princípios pedagógicos; da relação entre escola, meio ambiente e educação ambiental; e da organização pedagógica.

Segundo Reigota (2006), para o estudo de práticas de educação ambiental é necessário conhecer as concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas nas atividades da escola. Nesse sentido, a partir das respostas dadas aos questionários, foram realizada análise de conteúdo das informações obtidas, com construção das categorias de análise (BARDIN, 2011), o que possibilitou a construção de um texto descritivo e interpretativo, relacionado aos dados obtidos, com as concepções de meio ambiente, com base em Reigota (1995) e Sauvé (1997).

No que diz respeito à investigação das práticas de Educação Ambiental, também foram elaboradas categorias de análise para investigar as práticas dentro da escola, bem como a possível relação existente entre a escola e a Unidade de Conservação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos professores e gestores foi criado a partir das informações dos questionários onde, destes pode-se observar o sigilo na identificação, sexo, idade, o grau de instrução, e o tempo de atuação na escola ou rede de ensino (Tabela 1). A construção do perfil dos entrevistados sustenta a discussão e o encadeamento da pesquisa, quanto às práticas pedagógicas e a aproximação da realidade dos estudantes.

Tabela 1 Perfil de gestores e professores.

ENTREVISTADOS	SEXO	IDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO
Gestor 1	Feminino	46 anos	Pós Graduação	12 anos
Gestor 2	Masculino	42 anos	Nível Superior	6 anos
Gestor 3	Feminino	39 anos	Nível Superior	12 anos
Gestor 4	Feminino	51 anos	Pós Graduação	29 anos
Professor 1	Masculino	39 anos	Pós Graduação	6 anos
Professor 2	Feminino	32 anos	Pós Graduação	4 anos
Professor 3	Feminino	34 anos	Pós Graduação	2 anos
Professor 4	Feminino	35 anos	Pós Graduação	7 meses
Professor 5	Feminino	39 anos	Pós Graduação	1 ano
Professor 6	Feminino	46 anos	Pós Graduação	7 meses
Professor 7	Masculino	43 anos	Pós Graduação	9 anos
Professor 8	Masculino	31 anos	Pós Graduação	4 anos

Sobre as concepções de meio ambiente 42% dos participantes são naturalistas, 8% antropocêntrica, 42% globalizantes e 8% não responderam. A concepção naturalista, segundo Santos (2014) afirmou que a palavra meio ambiente remete-se ao espaço natural que exclui as ações antrópicas. Essa concepção foi analisada e destes, três são professores e dois gestores:

“Lugar onde há um ecossistema composto por animais, plantas (fauna e flora) um habitat natural” (Professor 1).

“Conjunto formado pela fauna e flora de uma região, incluindo solo, rios e ar” (Gestor 2).

Nas falas acima é observada a visão limitada de que o meio ambiente é apenas constituído por elementos naturais com seres vivos (fauna e flora) e não vivos (solo, água, ar, temperatura etc). Nessa concepção, denominada de naturalista, consoante, a natureza é definida como intocada, o ser humano não está inserido no meio, o que gera assim, uma visão romântica. Quando os gestores e professores foram questionados

sobre o que se entende por educação ambiental é verificado a ênfase no cuidado com a natureza:

“Ter consciência da beleza natural que nos cerca e tentar preservar para as próximas gerações” (Professor 7).

Apesar da visão romântica, é percebida a apreensão com a natureza do entorno da escola e necessidade da mudança de atitude de acordo com os problemas descritos nos questionários como, por exemplo, a queima do lixo, visto que é uma prática cultural da comunidade. Além disso, a fala acima descreve a preocupação com a “preservação” do ambiente natural, principalmente o manguezal. O tema foi abordado por 58% dos questionários e destaca na fala:

“O trabalho foi realizado por agentes externos. Destinou-se à preservação dos manguezais e ao seu uso de modo sustentável” (Gestor 2).

A prática foi uma atividade de extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS) em que primeiramente foi realizada uma palestra e em seguida a plantação de árvores de mangue com os alunos (Figura 4). Essa prática foi ofertada e realizada de forma pontual, em razão de não decorrer um seguimento do tema manguezal ou de outros que também fazem parte do entorno da escola. Essa prática foi à única observada entre os gestores e professores introduzida na Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo a gestão escolar a execução de projetos tanto no espaço formal como o não formal foi prejudicado por conta das greves. Para mais, a discussão de projetos relacionados ao meio ambiente mostra:

“O que mais aconteceu esse ano foi o distanciamento entre intenção e atitude” (Gestor 2).

“Visitas a trabalhos de campo. Já que encontramos dificuldades em relação ao transporte dos alunos” (Professor 8).

Nesse discurso, a fala do gestor 2 aponta o distanciamento da intenção com a atitude, ou seja, existe uma pretensão dos gestores e professores, mas não há busca da aplicabilidade na realização de práticas pedagógicas com o meio do entorno escolar. Já o professor 8 cita a dificuldade na efetuação de uma aula de campo, com relação ao transporte dos alunos.



Figura 4. Mudas de mangue na escola Maria Isabel.

Na análise de Reigota (1991), também é encontrada a concepção antropocêntrica. Nessa perspectiva, 8% da pesquisa descrevem que o MA caracteriza o ser humano como extrator dos recursos da natureza para sua sobrevivência, tendo em vista o consumismo:

“Local em que vivemos e tiramos o nosso sustento” (Gestor 1).

Na visão consumista, o ser humano também não relaciona o meio natural ao meio construído, Reigota (2009) afirmou que o ser humano contemporâneo dificilmente considera-se componente da natureza. O discurso aponta a idealização de que a humanidade sente-se possuidora dos recursos naturais, não gerando a preocupação com o meio natural. Essa perspectiva é caracterizada pela sociedade moderna, influenciada pelo modelo capitalista. Segundo Layrargues (2002), o consumismo é um problema de ordem cultural, pois compreende como sinônimo de bem-estar e torna-se alvo de crítica ao discurso ecológico alternativo. O autor aborda que esse modelo econômico gera o esgotamento dos recursos naturais e consequentemente o aumento dos depósitos do lixo. Cabe destacar que a escola tem sua importância na formação do cidadão crítico, na discussão e construção de modos de pensar e agir na relação com a natureza (PCN), isso torna-se fundamental para uma reflexão mais abrangente sobre os problemas ambientais como, por exemplo, o consumismo, o que possibilita articular estratégias e atitudes para o enfrentamento desses problemas. Nesse sentido, um professor destacou que a educação ambiental é descrita:

“É uma disciplina que busca sensibilizar as pessoas para importância do uso equilibrado dos recursos naturais de modo a garantir sua sustentabilidade social, ambiental e econômico.” (Professor 8).

O texto acima remete o termo sustentabilidade. O PCN aborda sobre a necessidade de uma exploração racional e responsável dos recursos naturais, de modo que não inviabilize a vida das futuras gerações a qual constitui uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada. No entanto, para a formação de cidadãos críticos, deve-se refletir sobre a real ideia da sustentabilidade. Segundo Layrargues (2002), o consumo sustentável não permite a crítica ao consumismo, pois o primeiro prioriza a reciclagem e o segundo prioriza a redução e reutilização. A cultura do consumismo tem seu foco na mudança de valores, a reciclagem torna-se contraditória por não problematizar o consumismo. Seguindo esse discurso, os estudantes devem ser orientados em relação a temas e práticas pedagógicas de educação ambiental, empregadas no cotidiano e que sejam relacionadas com a realidade local de forma que os discentes passem a refletir. O professor 6 adota a EA como um processo limitado para os problemas ambientais:

“É um processo de educar os alunos com os problemas do ambiente” (Professor 6).

Por outro lado, também foi possível identificar 42% dos participantes, com respostas características da visão globalizante, em que meio ambiente engloba natureza e ser humano, como apresentado na fala abaixo:

“É um sistema formado por elementos naturais e artificiais relacionados entre si e que são modificados pela ação humana” (Professor 3).

“São fatores externos que envolvem todo o conceito social, políticos, éticos, cultural e ambiental. É um conjunto de elementos que devem está interligados voltados para o bem estar social, cultural, político, econômico e ambiental” (Professor 5).

Nesse contexto, é observado que os professores em sua maioria tem o posicionamento globalizante na concepção meio ambiente, abordam os elementos naturais e a ação humana. Os professores que têm o conhecimento do contexto do meio ambiente e educação ambiental auxiliam na formação de indivíduos pertencentes ao meio e podem propor iniciativas nas quais os mesmos indivíduos valorizem a comunidade local (SANTOS, 2015). Além disso, a compreensão das questões ambientais em sua dimensão esclarece o aluno sobre os problemas locais e a importância da valorização de seu ambiente, construindo a identidade do sujeito.

O professor 5 apresenta fundamento metodológico crítico, reforçado na observação assimétrica e diálogo informal. Esse professor apresenta uma formação especializada em educação ambiental, e demonstra segurança quanto à fala e a importância da práxis pedagógica na inserção deste tema. Em contrapartida, o discurso dos gestores fica evidente a ausência de uma base conceitual sobre o meio ambiente e consequentemente o entendimento da complexidade da educação ambiental.

Na investigação sobre as práticas de EA, 33,3% dos questionários explicam que o tema é abordado apenas nas datas comemorativas o que denota de ações pontuais como o dia da água, da árvore, do meio ambiente, do consumo consciente e da Terra. No entanto, 58,3% dos questionários afirmam que o tema não é abordado apenas nessas datas e 8,3% não responderam.

Os professores da escola Maria Isabel desenvolvem a EA de forma multidisciplinar, uma vez que as várias disciplinas tratam o tema sob sua própria ótica (SILVA; TAVARES, 2005). Nesse contexto verificam-se os discursos dos professores quanto às formas de inserção da educação ambiental que tem abordagem particular de interação entre os conteúdos do currículo de cada disciplina: “através de textos interpretativos e produções textuais (reflexão sobre o tema)”, “exploração de campo”, “sistema de medidas e capacidade e outros”, “excussão do projeto salvando o manguezal”, “higiene pessoal, consumo responsável da água”, “processo de urbanização/industrialização fazendo uma ligação com os problemas urbanos: lixo, poluição, falta de espaços verdes etc.”. No geral, as questões ambientais são discutidas principalmente através textos e aulas dissertativas.

A multidisciplinaridade nas ideias de Piaget (1979) ocorre quando as diversas disciplinas expõem informações, mas não há interação que contribua para a solução de problemas. Outra posição de associação entre as disciplinas é a interdisciplinaridade, também apresentada por Piaget (1979), que promove a cooperação e o intercâmbio. De acordo com o PCN, a interdisciplinaridade supera a visão fragmentada do conhecimento e os alunos constroem uma visão global do meio ambiente. Diante disso, os professores discorrem das dificuldades encontradas para a inclusão da interdisciplinaridade:

“Uma problemática está na interdisciplinaridade dos conteúdos ambientais. Outros profissionais não denotam interesses para inserir temáticas ambientais no currículo” (Professor 5).

“Falta capacitação e acompanhamento pedagógico” (Professor 8).

O desenvolvimento da interdisciplinaridade nas ações de EA ainda é incomum nas escolas. De acordo com isso, a pesquisa de Santos (2015) verificou que a abordagem da EA em escolas do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, uma Unidade de Conservação, não é tratada de forma interdisciplinar, visto que as práticas ocorriam em datas específicas, mas o restante do ano letivo não trabalhavam com a educação de forma intencional.

A fala do professor 5 afirma o desinteresse dos professores na inserção das questões ambientais, esse fato pode ser resultado da falta de uma capacitação ou formação continuada notória pelo professor 8. Não obstante, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental destaca que “os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da EA” (BRASIL, 2012). Portanto, é importante o apoio da gestão pedagógica na oferta de cursos para o efetivo desenvolvimento, com atividades dinâmicas para os professores de modo que exista reflexão e o aprimoramento da práxis (SANTOS, 2014).



Figura 5. Registro de lixo e marcas de queimadas dentro da escola.

Na análise dos questionários e observações durante a coleta de dados, no ambiente do entorno escolar há diversos problemas ambientais como queimadas, lixo a céu aberto, poluição das praias, dentre outros (Figura 5). Diante disso, mesmo sabendo que a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável e segundo a lei nº 9.985, cap. III e art. 15, de 18 de julho de 2000 tem o objetivo de “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos

recursos naturais”, a comunidade não apresenta uma preocupação da questão ambiental local. Segundo Jacobi (2009), em um contexto marcado pela degradação dos seus ecossistemas, concebe o engajamento da escola com uma abordagem metodológica interdisciplinar, baseado na construção de valores e práticas sustentáveis, no estímulo do interesse da comunidade, na ação e responsabilização. Para a perspectiva da educação freiriana, é importante que exista o diálogo na interação do sujeito com o meio de modo que haja uma reflexão crítica e com ela a intervenção e participação (FREIRE, 1996).



Figura 6. Cartazes expostos na sala de reposição de aulas.

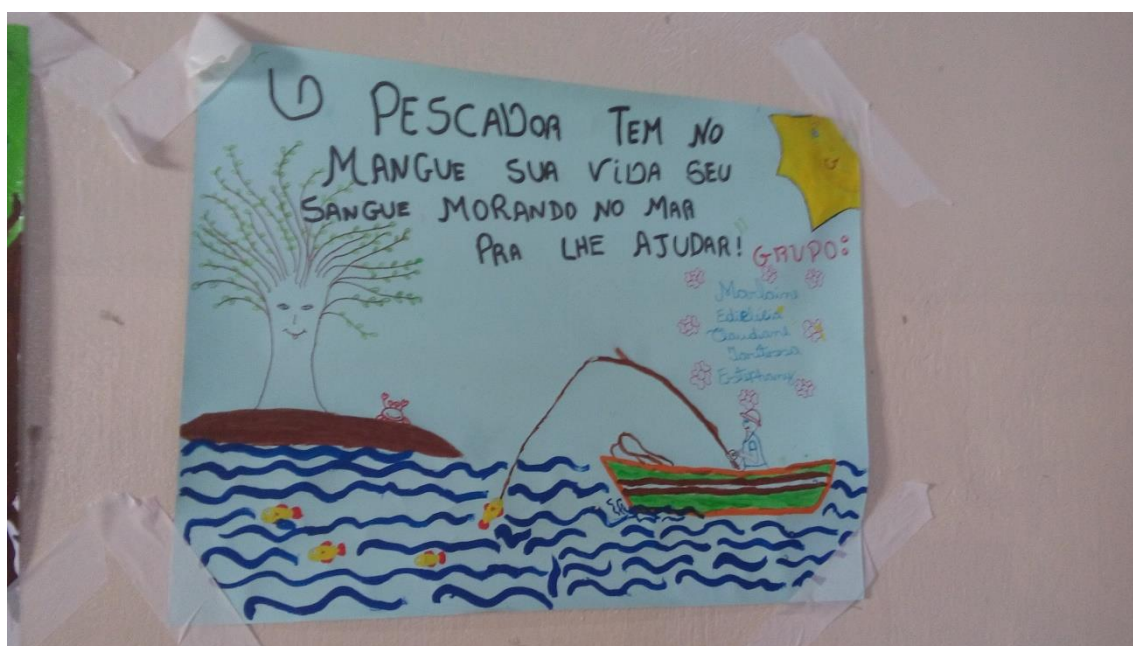


Figura 7. Cartaz exposto na sala de reposição de aulas.

No momento em que os professores são questionados sobre a Escola Maria Isabel estar inserida dentro de uma APA, 62% afirmaram não ter conhecimento deste fato. Foi observado que apenas dois professores moram na região do povoado Porto do Mato, no entanto, a maioria destes mora na cidade de Estância e um em Aracaju e consequentemente, não se tem o contato direto com o ambiente local. Nesse pensamento, quando se questiona sobre o povoado e temas de EA que poderiam ser trabalhados, encontra-se:

“Conheço pouco, mas os manguezais e rios de forma a falar da conservação. Limpeza de praias” (Professor 4).

A fala do professor 4 denota a falta de conhecimento e da busca deste por parte dos professores com o ambiente como elemento facilitador no processo de ensino e aprendizagem para o efetivo trabalho de EA.

Os cartazes das figuras 6 e 7 foram fotografados durante o período da coleta de dados, e sucederam na disciplina de ciências com a turma do 6º ano. A produção desses cartazes mostra as relações dos alunos e suas famílias com o meio em que vivem, o que gera importante reflexão destes estudantes sobre a natureza, seu sustento, de modo que possa se discutir sobre a área de proteção ambiental e a importância da sustentabilidade.

Diante da análise, as concepções de meio ambiente e de educação ambiental exprime as práticas pedagógicas de maneira limitante por diversos fatores, no que tange a realização de atividades pontuais de forma multidisciplinar, a falta de conhecimento

dos gestores e professores em relação ao ambiente em que a escola está inserida, o que justifica a não integração e associação das práticas educacionais com a UC. Além disso, a maioria dos professores responsabilizam as disciplinas de ciências e geografia (Figura 6 e 7) em função das práticas com temáticas ambientais.

6. CONSIDERAÇÕES

Os dados obtidos com a pesquisa permitiram verificar, a partir do relato dos professores e gestores, as concepções naturalista, antropocêntrica e globalizante de meio ambiente e duas tendências de educação ambiental, a preservacionista e a crítica. As concepções naturalista e antropocêntrica refletiram em um entendimento da educação ambiental de modo preservacionista, já a globalizante, consequentemente, percebe a EA de forma crítica. Apesar desta visão crítica de alguns professores, raramente realizam práticas pedagógicas. A abordagem da temática ambiental torna-se, muitas vezes, pontual por ocorrer em datas comemorativas. Apesar disso, quando as práticas de EA não são abordadas apenas nessas datas, limita-se a discussão de textos em sala de aula de forma multidisciplinar.

Em relação à escola Maria Isabel estar inserida em uma Área de Proteção Ambiental, a maior parte dos professores afirma não ter conhecimento deste fato, dado que estes não moram na região. Nesse sentido, a única prática na APA relatada foi uma atividade de extensão do IFS com o manguezal. Nessa perspectiva, é importante o apoio e incentivo da gestão pedagógica voltada para os professores para o efetivo desenvolvimento da EA.

A escola Maria Isabel, apesar de sua favorável localização para a inserção da EA, não apresenta qualidade na introdução das temáticas ambientais para os estudantes, no que tange a construção de conhecimentos, valores e atitudes. No intuito para que ocorra a mudança desse quadro, podem ser propostos cursos de formação continuada, tanto para os gestores como para os professores, de forma que os motive sobre a importância da educação ambiental para a comunidade local. Vale ressaltar que a EA não deve ser trabalhada individualmente, os profissionais devem buscar meios para que as disciplinas comuniquem-se, e consequentemente haja a interdisciplinaridade. Esta última envolve o conhecimento do todo e a resolução de problemas. Nessa continuidade, a escola pode elaborar um projeto contínuo, e dispõe de várias etapas durante o ano letivo.

O projeto proposto é capaz de sensibilizar os estudantes e envolver a comunidade na discussão e resoluções dos problemas locais, a formação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA) e a construção da Agenda 21 que são sugestões do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente. Além disto, a APA pode contribuir na execução do projeto.

O trabalho de educação ambiental no espaço formal apresenta muitas dificuldades, não obstante dispõe importância na formação de cidadãos. Desse modo, com o objetivo de fortificar as práticas de EA na escola são evidenciadas possíveis alternativas: enriquecer o processo de capacitação dos professores e gestores com o trabalho de EA; fomentar o diálogo entre a gestão, professores, alunos e comunidade para que advenham discussões do planejamento das atividades, projetos e soluções; almejar a comunicação entre as disciplinas com o objetivo da interdisciplinaridade.

O conjunto de sugestões e a busca de ações podem significar a qualidade no processo educativo, no que diz respeito à formação de cidadãos críticos e na construção de valores ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. M. de; ORTIZ, A. C. M. Concepções de meio ambiente e educação ambiental entre acadêmicos e coordenadores de cursos de graduação do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS. **Disc. Scientia**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2006.

AUGUSTO, T. G. da S. et al. Interdisciplinaridade: Concepções de professores da área ciências da natureza em formação em serviço. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 2, p. 277-289, 2004.

BARBO, I. de P. P. **O despertar da consciência ambiental**: um diagnóstico das práticas de educação ambiental formal no ensino público de Anápolis, Goiás. Dissertação – UniEvangélica. Anápolis, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2011.

BEZERRA, T. M. de O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE. **Revista Biotemas**, set. 2007.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. 137 f. Dissertação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BRASIL. Diretoria de educação ambiental. **Identidade da educação brasileira**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola**: construindo Agenda 21 na Escola. Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio Ambiente. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRITO, *et al.* Ictiofauna da Lagoa Azul, APA Litoral Sul de Sergipe. In: ENCONTRO DE RECURSOS HÍDRICOS EM SERGIPE, IV, 2011, Aracaju. **Artigo**. Aracaju, 2011.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. In: Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios. SATO, Michele. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, W. F. Educação ambiental como instrumento para preservação e proteção do meio ambiente: aspectos pedagógicos e jurídicos. **Revista Visão Acadêmica**. Goiás, nov. 2012.

CUBA, M. A. Educação ambiental nas escolas. **ECOOM**, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez. 2010.

DEMONER, R. L.; FERREIRA, N. V. dos S.; GONZALEZ, S. Experiências ambientais de uma prática pedagógica interdisciplinar na Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, ES. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v. 12, n. 12, p. 2785-2788, ago. 2013.

FARIAS, K. L.; ANDRADE, R. C. B. de. Educação Ambiental: O manguezal no ensino fundamental. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande do Sul, v. 25, jul./dez. 2010.

FELIZOLA, M. P. M. **Projetos de educação ambiental nas escolas municipais de Aracaju/SE**. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

FERNANDES, E. C.; CUNHA, A. M. de O.; MARÇAL, O. J. Educação ambiental e meio ambiente: concepções de profissionais da educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, II, 2002, São Carlos. **Artigo**. São Carlos, 2002.

FERREIRA, A. C. da S.; TESSMANN, M. S.; TESSMANN, C. Educação ambiental no ensino médio no município de Garanhuns (PE): saberes e práticas docentes. **Revbea**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 210-225, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Coleção Leituras. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. Ciência e Público, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

GOMES, L. J.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. Unidades de Conservação no Estado de Sergipe. **Revista Fapese**, Sergipe, v. 2, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2006.

IARED, V. G.; OLIVEIRA, H. T. de. Concepções de educação ambiental e perspectivas pedagógicas de professoras do ensino fundamental. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 95-122, ago. 2011.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento**. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n.77, p. 63-79, 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 de mar. de 2017.

LAYRARGUES, P. P. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 179-219, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001

LIBANEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8ª ed.; São Paulos: Cortez, 2007.

MARQUES, L. M. **Educação ambiental em espaço escolarizado: um estudo na Escola Estadual Frei Ambrósio, Cáceres, Mato Grosso**. Dissertação – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2010.

MARCONI M. A, LAKATOS E. M., **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 7. Ed- 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MOLIN, R. F.; PASQUALI, E. A.; VALDUGA, A. T. Concepções de meio ambiente formulados por estudantes de diferentes níveis de ensino. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII, 2007, Caxambu, MG. **Anais**. Minas Gerais, 2007.

OLIVEIRA, A. L. de; OBARA, A. T.; RODRIGUES, M. A. Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. **Revista eletrônica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 3, p. 471-495. Acessado em: 12 de out. de 2016.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2ª ed.; São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

REZLER, M. A. **Concepções e práticas de educação ambiental na formação de professores**. 273 f. Dissertação – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008.

SAUL, A. M.; SILVA, A. F. G. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista brasileira Est. Pedago.**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 223-244, jan./abr. 2009.

SANTOS, I. S. **Educação Ambiental na Escola Profª. Neilde Pimentel Santos Itabaiana/SE**. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

SANTOS, L. S. F. **Escola e meio ambiente**: a educação das crianças residentes no entorno do Parque Nacional de Itabaiana. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes da educação ambiental**. In: SATO, Michele. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (Orgs.). **Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios**. São Paulo: Artimed, 2005.

SERGIPE. Lei nº 6882, de 8 de abril de 2010. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e dá providências correlatas. Aracaju, abr. 2007.

SILVA, I. B. da; TAVARES, O. A. de O. Uma pedagogia multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar para o ensino/aprendizagem da física. **Holos**, Rio Grande do Norte, mai. 2005.

VALENTI, M. W. et al. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Políticas Públicas e a Prática Educativa. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 267-288, mar. 2012.

VIEIRA, F. S.; et al. Avaliação do ensino de educação ambiental a partir da percepção dos professores do município de Aracaju, Sergipe. **Scientia plena**, v. 5, n. 8. 2009.

ZANETI, I. C. B. B.; SÁ, L. M. **A educação ambiental como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente**. 2002. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/ >. Acesso em: 14 jan. 2017.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
COMO COLABORADOR (A) NA PESQUISA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
PARTICIPAÇÃO COMO COLABORADOR (A) NA PESQUISA**

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, como diretor (a) da Escola Municipal Maria Isabel localizada no povoado Porto do Mato no município de Estância - SE, CNPJ nº _____, concordo em participar do estudo, na condição de participante colaborador (a), fornecendo informações necessárias para o desenvolvimento da investigação da pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso intitulado Práticas de Educação Ambiental em uma Escola Ribeirinha do Município de Estância, Sergipe, que será executado por Camila Silva Ramos portadora do RG 3.345.111-7, licencianda em Biologia pela Universidade Federal de Sergipe, sob supervisão da Prof. Dra. Sindiany Suelen Caduda dos Santos. Ficaram claros para mim quais são os propósitos de estudo, os procedimentos a serem realizados, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou clara também, que minha participação é isenta de despesas. Desse modo, concordo, voluntariamente, em participar deste estudo. Estou ciente que a utilização das informações prestadas será restrita a esta pesquisa. Sem mais, assino este consentimento.

São Cristóvão (SE), ____ de _____ de ____.

Assinatura do (a) colaborador (a) da pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento de Livre e Esclarecido deste sujeito da pesquisa para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela pesquisa

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARA OBTENÇÃO E UTILIZAÇÃO DE IMAGENS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
OBTENÇÃO E UTILIZAÇÃO DE IMAGENS**

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, como diretor (a) da Escola Municipal Maria Isabel localizada no povoado Porto do Mato no município de Estância - SE, CNPJ nº _____, concordo na liberação de fotografias da estrutura física da escola e seus arredores, fornecendo informações necessárias para o desenvolvimento da investigação da pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso intitulado Práticas de Educação Ambiental em uma Escola Ribeirinha do Município de Estância, Sergipe, que será executado por Camila Silva Ramos portadora do RG 3.345.111-7, licencianda em Biologia pela Universidade Federal de Sergipe, sob supervisão da Prof. Dra. Sindiany Suelen Caduda dos Santos. Ficaram claros para mim quais são os propósitos de estudo, os procedimentos a serem realizados, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Desse modo, concordo na utilização de imagens da estrutura escolar na pesquisa. Estou ciente que a utilização das informações prestadas será restrita a esta pesquisa. Sem mais, assino este consentimento.

São Cristóvão (SE), ____ de _____ de ____.

Assinatura do (a) colaborador (a) da pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento de Livre e Esclarecido deste sujeito da pesquisa para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela pesquisa

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES

Universidade Federal de Sergipe
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Departamento de Biologia

Prezado Gestor (a), este questionário faz parte de uma pesquisa exploratória que tem como objetivo o levantamento de informações sobre as concepções e práticas de educação ambiental da escola Municipal Maria Isabel. O referido estudo está apresentado pela estudante Camila Silva Ramos, sob orientação da Prof^a Dra Sindiany Suelen Caduda dos Santos, como parte integrante da monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe. As informações coletadas serão mantidas no mais absoluto sigilo não havendo necessidade da vossa identificação. Solicitamos alguns minutos da sua atenção e agradecemos desde já.

Questionário Gestores

1) Sexo:

() Masculino

() Feminino

2) Idade: _____

3) Qual o seu grau de instrução?

() 2º Grau Completo

() Nível Superior

() Pós Graduação

() Mestrado

() Doutorado

Outros _____

4) Há quanto tempo você trabalha nesta escola ou rede de ensino?

5) Descreva a localização geográfica da Escola Municipal Maria Isabel.

6) Qual o ano de criação da escola?

7) Qual o número de turmas?

8) Qual o número de alunos matriculados?

9) Qual o número de salas, banheiros e espaços coletivos? Quais são os espaços coletivos?

10) O que você entende por meio ambiente? Defina meio ambiente.

11) O que você entende por educação ambiental? Defina educação ambiental.

12) Qual a importância de se trabalhar com a educação ambiental na escola?

13) A escola oferece curso de capacitação docente na área ambiental? Caso ofereça, quais cursos são oferecidos?

14) Existem atividades de educação ambiental desenvolvidas pela escola?

() Sim

() Não

15) Caso existam atividades de educação ambiental, elas são previstas no planejamento escolar ou vão surgindo durante o ano no desenvolvimento dos conteúdos?

16) Caso existam atividades de educação ambiental, essas atividades são desenvolvidas apenas em datas comemorativas?

() Sim

() Não

Quais datas?

() Dia da água

() Dia dos Oceanos

() Dia do índio

() Dia de Proteção das Florestas

() Dia da Terra

() Dia da árvore

() Dia do Meio Ambiente

() Dia do consumo consciente

() Outros. Quais?

17) A escola Maria Isabel trabalha com projetos de educação ambiental, junto aos professores?

() Sim

() Não

Caso sim descreva os principais projetos que já foram ou que são executados pela escola.

18) Os professores atuam na execução dos projetos e em quais espaços (dentro ou fora da escola) isso acontece? Especifique.

19) Há preocupações em discutir projetos relacionados ao meio ambiente? Por quê?

20) Qual o maior problema ambiental no entorno da escola?

() Poluição dos rios

() Lixo a céu aberto

() Poluição do ar

() Desmatamento

() Poluição das praias

() Queimadas

() Outros. Quais?

21) O que você entende sobre uma Área de Proteção Ambiental?

22) Já foi realizado algum projeto ou atividade na Área de Proteção Ambiental?

23) Descreva as atividades que a escola já realizou sobre a região no entorno da escola ou sobre a Área de Proteção Ambiental.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

Universidade Federal de Sergipe
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Departamento de Biologia

Prezado Professor (a), este questionário faz parte de uma pesquisa exploratória que tem como objetivo o levantamento de informações sobre as concepções e práticas de educação ambiental da escola Municipal Maria Isabel. O referido estudo está apresentado pela estudante Camila Silva Ramos, sob orientação da Prof^a Dra Sindiany Suelen Caduda dos Santos, como parte integrante da monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe. As informações coletadas serão mantidas no mais absoluto sigilo não havendo necessidade da vossa identificação. Solicitamos alguns minutos da sua atenção e agradecemos desde já.

Questionário Professores

a) Dados pessoais: Professor (a) e Escola

1) Sexo:

☐ Masculino☐ Feminino

2) Idade: _____

3) Qual o seu grau de instrução?

☐ 2º Grau Completo☐ Nível Superior☐ Pós Graduação☐ Mestrado☐ Doutorado

Outros _____

4) Você é professor (a) de qual disciplina?

5) Há quanto tempo você trabalha nesta escola ou rede de ensino?

b) Meio Ambiente: Professor, Disciplina e Escola.

6) O que você entende por meio ambiente? Defina meio ambiente.

-
-
-
- 7) Você aborda na sua disciplina o tema meio ambiente?
() Sim () Não
- 8) Com que frequência você trabalha sobre meio ambiente?
() Todos os dias
() Uma vez por semana
() A cada quinze dias
() Uma vez por mês
() Duas vezes por semestre
() Uma vez por semestre
() Nunca trabalha
- 9) Caso existam atividades de educação ambiental, essas atividades são desenvolvidas apenas em datas comemorativas?
() Sim () Não
Quais datas?
() Dia da água
() Dia do índio
() Dia da Terra
() Dia do Meio Ambiente
() Dia dos Oceanos
() Dia de Proteção das Florestas
() Dia da árvore
() Dia do consumo consciente
() Outros. Quais? _____
- 10) Quais as dificuldades encontradas para trabalhar sobre o meio ambiente?
() Falta de material didático
() Orientação pedagógica
() Participação dos alunos
() Outras
Quais? _____
-

c) Educação Ambiental: Disciplina, Abordagem e Prática.

- 11) O que você entende por educação ambiental? Defina educação ambiental.

12) A educação ambiental é importante para você? Por quê?

13) De que maneira a educação ambiental pode ser uma ferramenta importante na aprendizagem dos alunos?

14) A educação ambiental é importante para a escola? Por quê?

15) Você trabalha com educação ambiental na sua disciplina?

() Sim

() Não

16) Quais temas de educação ambiental você trabalha com seus alunos?

17) De que maneira você aborda o tema educação ambiental em sua disciplina?

() Elaboração e execução de projetos

() Pesquisa

() Textos

() Aulas dissertativas

() Outras maneiras

Descreva outras maneiras que você utiliza para tratar o tema meio ambiente?

18) É possível uma integração entre os conteúdos do currículo e as questões ambientais? Como isso acontece em sala de aula?

19) Você poderia apontar formas de inserção da educação ambiental na sua aula?

20) Existe interação entre os professores das diversas disciplinas sobre a forma como deve ser trabalhada a temática de educação ambiental na sala de aula? Como ocorre essa interação?

21) Existem dificuldades em trabalhar com educação ambiental?

() Sim

() Não

Caso existam, essas dificuldades são relacionadas ao financeiro, na compra de materiais, por exemplo, ou dificuldade pedagógica pela falta de curso de capacitação na área ambiental?

22) Você acha que a educação ambiental deveria ser trabalhada em uma única disciplina? Explique o por quê?

23) Conhecendo o ambiente do povoado Porto do Mato, que temas poderiam ser trabalhados na educação ambiental Escola?

24) Os temas trabalhados em educação ambiental na escola estão relacionados ao cotidiano dos alunos?

d) Escola e a Área de Proteção Ambiental.

25) Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental?

() Sim

() Não

26) O que você entende por Área de Proteção Ambiental?

27) Você sabia que a escola Maria Isabel está inserida dentro de uma Área de Proteção Ambiental (Litoral Sul)?

() Sim

() Não

28) Durante as explicações em sala de aula sobre meio ambiente e educação ambiental, é trabalhada alguma relação entre Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul e a escola inserida no Porto do Mato?

() Sim

() Não

29) Já foi realizado ou existe algum projeto educativo da escola desenvolvido junto com a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul?

() Sim

() Não

30) Descreva as atividades que a escola já realizou sobre a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul.

31) O que você acha que falta na sua aula em relação à temática educação ambiental?
